
O MUNDO DO TRABALHO EM REGIÕES PERIFÉRICAS: REQUALIFICAÇÃO, FLEXIBILIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO NA CADEIA PRODUTIVA DA CELULOSE EM IMPERATRIZ, MARANHÃO, BRASIL

THE WORLD OF WORK IN PERIPHERAL REGIONS: RETRAINING, FLEXIBILITY AND
PREARIOUSNESS IN THE CELLULOSE PRODUCTION CHAIN
IN IMPERATRIZ, MARANHÃO, BRASIL

EL MUNDO DEL TRABAJO EN REGIONES PERIFÉRICAS: RECALIFICACIÓN,
FLEXIBILIZACIÓN Y PRECARIZACIÓN EN LA CADENA PRODUCTIVA
DE LA CELULOSA EN IMPERATRIZ, MARANHÃO, BRASIL

Allison Bezerra Oliveira¹

Daniely Lima Silva²

Maria da Conceição Mesquita Leal³

RESUMO: Discute-se neste artigo o mundo do trabalho em contextos periféricos a partir da dinâmica recente de requalificação, flexibilização e precarização da força de trabalho na cadeia produtiva de celulose na cidade de Imperatriz, Maranhão, mediante implantação da unidade industrial da Suzano Papel e Celulose. Metodologicamente, são utilizadas informações referentes à pesquisa de campo e bases de dados secundários como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e censos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Como resultado das discussões apresentadas, em conjunto com a análise dos dados coletados, conclui-se que grandes atores hegemônicos tendem a criar grande massa ociosa de força de trabalho de reserva para atender a seus processos produtivos.

Palavras-chave: Cadeia produtiva de celulose. Força de trabalho. Imperatriz - MA.

ABSTRACT: This article discusses the world of work in peripheral contexts based on the recent dynamics of retraining, flexibilization and casualization of the workforce in the pulp production chain in the city of Imperatriz, Maranhão, through the implementation of the Suzano Pulp and Paper industrial unit. Methodologically, we use information related to field research and secondary databases such as the Brazilian Institute of Geography and

1 Doutor em Geografia. Professor Adjunto da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). E-mail: allisonbze@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0320-5661>

2 Graduada em Geografia pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). E-mail: daniely.slyma@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1666-9038>

3 Mestranda em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: leal.mariamesquita@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8633-9440>

Statistics (IBGE), Annual Social Information (RAIS), General Register of Employees and Unemployed (CAGED) and censuses of the National Institute of Educational Studies and Research Teixeira (INEP). As a result of the discussions presented, together with the analysis of the collected data, it is concluded that large hegemonic actors tend to create large idle mass of reserve labor force to meet their productive processes.

Keywords: Cellulose production chain. Workforce. Imperatriz - MA

RESUMEN: Se discute en este artículo el mundo del trabajo en contextos periféricos a partir de la dinámica reciente de recalificación, flexibilización y precarización de la fuerza de trabajo en la cadena productiva de celulosa en la ciudad de Imperatriz, Maranhão, mediante implantación de la unidad industrial de Suzano Papel y Celulosa. Metodológicamente, se utilizan informaciones referentes a la investigación de campo y bases de datos secundarios como Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE), Relación Anual de Informaciones Sociales (RAIS), Registro General de Empleados y Desempleados (CAGED) y censos del Instituto Nacional de Estudios e Investigaciones Educativas Anísio Teixeira (INEP). Como resultado de las discusiones presentadas, en conjunto con el análisis de los datos recogidos, se concluye que grandes actores hegemónicos tienden a crear gran masa ociosa de fuerza de trabajo de reserva para atender a sus procesos productivos.

Palabras clave: Cadena productiva de celulosa. Fuerza de trabajo. Imperatriz - MA.

INTRODUÇÃO

A crise no modelo fordista de produção desencadeou processos de reestruturação produtiva na atividade industrial. Isso permitiu a evolução do toyotismo e a instauração do regime de acumulação flexível no mundo. Tal regime, que é base de acumulação do capital contemporâneo, tem entre as suas principais características a flexibilização do trabalho e a consequente apropriação da mais-valia.

Paralelamente aos processos de flexibilização da força de trabalho, as atividades industriais de diversos segmentos foram reestruturadas para atender aos processos constantemente reformulados em virtude da concorrência das economias de escala. A indústria de celulose, em específico, seguiu modelos de transformação em sua base produtiva, destacando-se a desconcentração de processos de países ricos em direção a países periféricos.

A lógica das transformações industriais nessa atividade é simples: reiterar o papel de países ricos e pobres no desenvolvimento desigual e combinado. Nesse caso, os mais pobres produzindo *commodities* agrofloretais (pasta de celulose), etapa mais onerosa do processo produtivo; e os mais ricos (compradores) mantendo sua especialização na etapa mais lucrativa e menos onerosa, a produção de papel.

Tais aspectos permitiram a expansão do segmento produtor de pasta de celulose em países periféricos, em especial países da América Latina, e a ampliação do setor no Brasil viu na fronteira agrícola maranhense a estrutura adequada para instauração de nova base industrial. Nesse contexto situa-se a implantação da fábrica da Suzano Papel e Celulose na cidade de Imperatriz, estado do Maranhão.

A força do trabalho é um elemento fundamental no processo produtivo de acumulação. É o principal componente que se flexibiliza e requalifica para apropriação de mais-valia e

reprodução do modelo hegemônico em voga. Neste contexto, discute-se neste artigo o mundo do trabalho em contextos periféricos a partir da dinâmica recente de requalificação, flexibilização e precarização da força de trabalho na cadeia produtiva de celulose na cidade de Imperatriz, Maranhão, mediante implantação da unidade industrial da Suzano Papel e Celulose.

Metodologicamente, além de pesquisa de campo, foram utilizados dados sobre evolução do emprego industrial, surgimento de cursos de qualificação profissional em nível superior e médio/tecnológico, e principais postos de trabalhos na cidade de Imperatriz na última década. Os dados secundários foram coletados principalmente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Além desta introdução e das considerações finais, este trabalho divide-se da seguinte forma: primeiro discute conceitualmente a acumulação flexível e a precarização do trabalho; em seguida aborda o mundo do trabalho no contexto periférico. Na seção seguinte discute a reestruturação produtiva da indústria de papel e celulose no mundo e, por fim, apresenta dados empíricos sobre a requalificação profissional e flexibilização dos trabalhadores na cadeia produtiva de celulose em Imperatriz, Maranhão.

ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Com a crise do fordismo, o toyotismo impulsionou transformações no trabalho industrial de forma que ele viesse a se institucionalizar como um novo modelo de acumulação capitalista. A década de 1980 foi marcada pela intensificação de elementos atuais da produção global: desconcentração produtiva industrial, flexibilidade produtiva, fragmentação de direitos trabalhistas, enfraquecimento do bem-estar social e intensificação do distanciamento entre países no desenvolvimento desigual e combinado. O complexo de organização e reestruturação produtiva dominante aqui expresso é a acumulação flexível (ALVES, 1999; HARVEY, 1992).

O toyotismo é a nova ideologia organizacional do capital nas condições do capitalismo mundial. Implica uma reorganização do trabalho coletivo, que afeta a produção de bens e, conseqüentemente, influência e determina novas modificações no trabalho, como a sucessão de novas (re)qualificações profissionais. O trabalho e a inerente inovação nas formas de apropriação de mais-valia são a base do rompimento desse modelo com o taylorismo e o fordismo.

A nova forma de organização do modelo produtivo tem sido adotada por diversos países e suas transnacionais nos Estados Unidos, Europa, Ásia e América Latina, nos principais setores da indústria e serviços, buscando a racionalização do trabalho, inerente ao taylorismo/fordismo com as novas necessidades de acumulação flexível em seu processo produtivo. Em decorrência do desenvolvimento da produtividade do trabalho, crescem as massas de desempregados do sistema de exploração do capital (BOSI, 1979; CORIAT, 1994; FORRESTER, 1997).

O regime de acumulação flexível se expressa por meio de seus mecanismos de organização. O toyotismo é uma etapa superior da racionalização do trabalho, que dá um salto qualitativo na captura da subjetividade do trabalho pelo capital, pois promove uma racionalização original do trabalho capaz de dar maior eficiência à lógica da flexibilidade. É por isso que o toyotismo tende a exigir, para seu desenvolvimento como uma nova lógica de produção capitalista, novas habilidades de trabalho articulando habilidades cognitivas e comportamentais (ALVES, 1999).

Desta forma, na organização da produção capitalista sob a lógica do toyotismo, o processo de reestruturação produtiva resultou na redução ainda maior do número de trabalhadores no setor secundário e em todos os segmentos produtivos que demandam diretamente trabalho industrial. Como resultado, acentuou-se o desemprego, a informalidade, a precariedade, e novos padrões de requalificação passaram a ser exigidos (ALVES, 1999; ANTUNES, 1995; MORAES NETO, 1989).

Essas transformações estão conectadas aos não tão novos, mas cada vez mais constantes, modelos de competitividade das economias de escala, cujos padrões de produção e acumulação estão fincados sobre limites exponencialmente crescentes, o que demanda novas racionalidades da produção com vista à manutenção não apenas da acumulação, mas da própria sobrevivência das empresas.

Com isso, as indústrias incorporadas nos países centrais passam a ter um novo perfil produtivo e tecnológico, incorporado aos princípios do toyotismo, com quantidade reduzida de novos trabalhadores concentrados, multifuncionais, móveis, e mais qualificados, desenvolvendo habilidades de atuar em ambientes periféricos, com salário e jornada precários.

O mundo do trabalho industrial assumiu uma nova forma, adaptada à nova ordem da acumulação flexível. Torna-se mais complexo, heterogêneo, passa por um processo de diferenciação. Há mudanças na natureza do trabalho industrial que se refletem em uma forte diferenciação de estatutos e salários, explicando a crise sindical na dimensão política. O que está acontecendo é a constituição de um novo modo de existência do trabalho assalariado, que não o elimina como antagonismo estrutural do capitalismo (LOJKINE, 1995; MÉSZAROS, 1993).

Como no passado, ainda há uma divisão do trabalho, agora entre trabalhadores qualificados e demais trabalhadores (precários, temporários, terceirizados). Contudo destaca-se a demanda, cada vez mais intensa e constante, por processos caros de requalificação que se apresentam como condição indispensável para a manutenção do trabalho, mas não para aumentos salariais.

A precariedade do trabalho agora avança, cada vez mais, não apenas sobre trabalhadores mais vulneráveis, mas também sobre aqueles com nível de formação superior, com competências difíceis de se encontrar. A precariedade do trabalho assalariado sob a lógica da acumulação flexível surge em setores modernos da produção capitalista. A precarização atinge trabalhadores assalariados em tempo parcial, temporários ou terceirizados, seja na indústria ou nos serviços da produção do capital. Destacando que, frequentemente, o número de empregos se sobrepõe à qualidade dos novos empregos (GORZ, 1968, 1987).

Desta forma, apenas uma pequena quantidade de trabalhadores, com habilidades de trabalho manual menos especializado, é empregada em tempo integral. Esses trabalhadores assalariados encontram menos oportunidades de carreira e ocupam vagas com alta taxa de rotatividade; são trabalhadores terceirizados com menos segurança no emprego. A tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores centrais e empregar cada vez mais uma força de trabalho que possa ser contratada e desligada facilmente (HARVEY, 2006).

A precariedade do emprego e dos salários é o que caracteriza, de certa forma, a condição de trabalho assalariado nas pequenas unidades produtivas que circulam nas empresas transnacionais. No Japão, por exemplo, parte considerável da classe trabalhadora está vinculada a pequenas empresas terceirizadas e fornecedoras, sem as mesmas vantagens e benefícios que têm os funcionários de grandes empresas (ANTUNES, 1995; MATTOSO, 1995).

O espírito do toyotismo impulsiona novos estilos de acumulação capitalista; a utilização das empresas tornou-se uma estratégia de organização industrial voltada para o controle do trabalho e emprego, adequada à nova época de crise de valorização do capital. É um componente decisivo para o estabelecimento de um novo patamar de flexibilidade do capital em um cenário de crise de valorização e competição global (MORAES NETO, 1989).

Essas transformações se amplificam nos espaços periféricos, onde se encontra a exploração da força de trabalho associada à expropriação de recursos naturais. Sob a lógica da geração de emprego e renda, o global desencadeia mudanças que partem do centro em direção às periferias. Estas, subordinadas aos centros, veem as transformações do trabalho acompanharem o ônus em outras dimensões, como a social e a ambiental.

O MUNDO DO TRABALHO NO CONTEXTO PERIFÉRICO

A crise do fordismo inaugurou uma nova etapa do neoliberalismo econômico, impulsionando transformações expressivas no capitalismo contemporâneo e instaurando, assim, uma nova era da produção flexível. As sucessivas crises e inerentes reestruturações produtivas do capital reorganizaram a força de trabalho, exprimindo um expressivo traço de superficialidade e destrutividade, com elementos que trazem novas formas de valorização do valor e da mais-valia, os quais afetam diretamente o mundo do trabalho (HARVEY, 1992, 2006; MÉSZAROS, 2002).

A mobilidade do capital em direção aos países do terceiro mundo é a principal característica da divisão do trabalho entre centro e periferia. Essa divisão internacional do trabalho potencializa as vantagens técnicas e produtivas de um país, apontando as formas geográficas de inovação, sejam elas naturais ou artificiais, de modo a beneficiar uma produção carregada de intencionalidade, especificações técnicas e menores custos à maneira de ser do modo produtivo dominante. Esse processo separa os países, no que se refere às suas capacidades econômicas e estruturas produtivas tecnológicas, entre ricos (centrais) e pobres (periféricos) (SANTOS, 2005).

Historicamente, a relação centro-periferia constitui a dinâmica pela qual o capitalismo se desenvolve. Esse sistema é composto de contradições entre sociedades e economias centrais e periféricas. Além dos conflitos e disputas de interesses entre países desenvolvidos e emergentes (Norte e Sul), a contradição principal das relações sociais capitalistas reside na oposição entre “capital e trabalho” (LIMA FILHO, 2004).

O estado de subdesenvolvimento periférico relaciona-se inteiramente à expansão das atividades produtivas dos países centrais. Caracteriza-se como estruturas de grande fragilidade financeira, vulnerabilidade externa, intensa fragmentação do trabalho e vigorosas concentrações de riqueza (CARCANHOLO, 2005; SANTOS, 2005).

Nesse contexto, são estabelecidas novas formas de concorrência, nas quais o melhor condicionamento de mão de obra, a qualidade, a inovação e a velocidade de resposta à demanda global tornam-se determinantes para a expansão do trabalho periférico que não interessa aos países ricos. Isso leva a recorrentes readequações profissionais e novas divisões do trabalho de modalidade terceirizada e precária, em virtude da desestruturação produtiva nos países centrais (CARCANHOLO, 2005; POCHMNN, 2014).

As transformações no capital global têm impactado a força de trabalho em nível local, ampliando as precarizações regionais com base em transformações globais que reverberam em contextos periféricos, dando lugar a novas formas de requalificação do trabalho formal (CARCANHOLO, 2005).

O mundo do trabalho subordinado à lógica aqui apresentada entende a classe trabalhadora como a totalidade de assalariados, homens e mulheres, que vendem sua força de trabalho, a única “mercadoria” de que dispõem, em troca de salário (MARX, 2013). Tal classe compreende tanto os trabalhadores do processo de criação de mais-valia e valorização do capital (que transcende as atividades industriais) quanto os trabalhadores improdutivos, que não criam diretamente mais-valia, pois são utilizados como serviço, seja para uso capitalista ou público. Ainda incorpora o trabalhador rural assalariado de regiões agroindustriais, o trabalhador precarizado, o trabalhador moderno intermitente, o trabalhador fabril e de serviços e o trabalhador com vínculo temporário (ANTUNES; ALVES, 2004).

Em países de industrialização periférica, como o Brasil, as reorganizações e reestruturações produtivas foram, em grande parte, impulsionadas pela nova divisão internacional do trabalho, desencadeando desregulamentações e superexploração da força de trabalho dos países pobres pelos países ricos.

Em suma, intensificam-se novos e constantes níveis de subordinação global sobre as localidades, e parte significativa dos processos produtivos onerosos e empregos precários são transferidos aos países pobres. A desregulamentação dos direitos trabalhistas, a flexibilidade, o grande contingente de reserva de força de trabalho, assim como a terceirização e a baixa remuneração, oferecem condição para o deslocamento espacial de processos de reprodução do capital para esses países.

Isso tem provocado expansão da força de trabalho de assalariados no setor de serviços, que incorporou grande parte dos trabalhadores expulsos do setor produtivo industrial. Os novos padrões produtivos desse setor são tecnologicamente mais avançados, readequando a força de trabalho a máquinas e equipamentos informacionais (ALVES, 1999, 2000, 2001).

No Brasil, esse processo se intensificou a partir da década de 1990 e do ano de 2016, com o avanço do neoliberalismo sobre as decisões estatais. Esse segundo momento foi marcado por novas regulamentações e aprovação de projetos de emendas constitucionais que alteraram significativamente a estrutura do trabalho, enfraquecendo as organizações sindicais e os direitos trabalhistas, e flexibilizando as formas de trabalho e de qualificação.

Embora essas transformações tenham sido fincadas sobre o discurso da geração de emprego e renda, elas não resultaram efetivamente no aumento de postos de trabalho formais, pelo contrário, aumentaram o número de brasileiros ociosos, subocupados e informais, contribuindo para consolidar grande reserva de força de trabalho destinada a se mudar e se requalificar em busca de emprego.

Isso tem permitido, especialmente à luz dos processos de terceirização, que empreendimentos industriais de grande ônus espacial (sobretudo na esfera ambiental e do trabalho) expandam suas atividades no Brasil, principalmente atividades vinculadas à agromineroexportação.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA INDÚSTRIA DE PAPEL E CELULOSE NO MUNDO

A indústria brasileira de celulose compõe-se das empresas que produzem celulose e pasta de alto rendimento. Essa polpa pode ser vendida nos mercados doméstico e externo (sendo chamada de celulose de mercado). A pasta de celulose sob determinantes de comercialização global é classificada como uma *commodity* agroflorestral. A comercialização da pasta de celulose (nesse caso, a polpa é chamada de celulose de

integração) tem como foco principal a indústria de papéis, que faz parte da mesma cadeia produtiva. Essa indústria tem por objetivo, como o próprio nome diz, a fabricação de bens de consumo derivados de papéis (cartões, papelão, embalagens, papéis para escritório, sanitários etc.) (OLIVEIRA, 2019).

Tal atividade industrial tem como característica principal uma estrutura baseada em economia de enclave, ou seja, em um modelo econômico de mercado globalizado no qual as atividades produtivas localizadas em regiões periféricas destinam sua produção quase que essencialmente para a exportação, sem integração com o mercado local. Mediante a sua atividade e o volume de produção, necessita basicamente de dois elementos espaciais fundamentais: terra barata e potencial hidrológico em abundância (OLIVEIRA, 2019).

Esses dois elementos se associam a outros, igualmente relevantes, incorporados de forma sistêmica aos empreendimentos dessa natureza, quais sejam: força de trabalho em abundância, redes de transportes eficientes e incentivos fiscais. Eles se somam às transformações e reestruturações no mundo e no Brasil, que permitiram que essa atividade se expandisse no final do século XX.

Nesse contexto, a atividade industrial celulósica mundial iniciou, a partir da década de 1980, um caminho de mudanças em seus processos organizacionais e produtivos como resultado de transformações em curso em todo o mundo também em outras atividades industriais. Neste contexto, modificaram-se fatores estruturais, como: mudanças nos padrões técnicos e produtivos; fragmentação e terceirização de trabalhadores; enfraquecimento das leis trabalhistas; reorganização profissional e inovações tecnológicas (OLIVEIRA, 2019).

A desindustrialização de países capitalistas como Estados Unidos, Alemanha e Grã-Bretanha deu-se por meio da relocação industrial, característica da acumulação flexível, ou seja, quando indústrias foram instaladas em países do terceiro mundo de industrialização tardia (ALVES, 1999; COUTINHO, 1997).

Onovo modelo de reestruturação produtiva a partir de novos processos de desconcentração de capital, ancorados em uma perspectiva de acumulação flexível, estabelece uma nova relação entre os países dos hemisférios Norte e Sul, reorganizando os setores produtivos, sobretudo o setor industrial de papel e celulose no mundo (OLIVEIRA; LEAL, 2019).

Em meio a essas transformações, países centrais como Suécia, Finlândia, Noruega, Estados Unidos e Canadá, tradicionais fornecedores de celulose, estão descentralizando seus elementos de produção devido a fatores como: mudanças na economia mundial, escassez de florestas, pressões ambientais e alto custo de mão de obra, acentuando, assim, a entrada de capital estrangeiro nos países periféricos (OLIVEIRA; SILVA, 2019).

O processo de reestruturação iniciado no setor está vinculado à acentuação da divisão internacional do trabalho e à especialização produtiva do trabalho pelo uso do território. Nesse cenário, situa-se o trabalhador em bases econômicas estruturadas no padrão baseado no modelo exportador, alicerçado sobre relações macroeconômicas globais baseadas na dependência e no pleno funcionamento de empresas separadas, mas interligadas (OLIVEIRA; LEAL, 2019).

Os países produtivos periféricos – como Brasil, Chile e Índia – representam para os países ricos uma solução para redução de custos produtivos de matéria-prima e mão de obra “especializada” local, mas, principalmente, uma oportunidade de se esquivar de restrições legais relativas à preservação ambiental e exploração da força de trabalho. Assim, vão integrando aos seus processos, de modo progressivo, os países geograficamente mais extensos e de ordem periférica (OLIVEIRA; LEAL, 2019; PERPETUA; KRÖGER; THOMAZ JUNIOR, 2017).

Diante das novas formas de organização de produção/trabalho pós-fordistas e das novas relações entre o setor primário, os países industrializados têm optado por produzir a etapa de maior valor agregado do processo produtivo (produção papelreira manufaturada), destinando aos países periféricos, como o Brasil, a parte mais onerosa do processo, do ponto de vista socioambiental, que é a produção da pasta de celulose (OLIVEIRA, 2019; OLIVEIRA; SILVA, 2019).

Nesse cenário, ao Brasil são destinadas as etapas iniciais do processo produtivo da cadeia de celulose, levando a uma especialização gradativa do território, para exportação de *commodities*, e do próprio trabalho. Destaca-se como forte produtor de árvores de rápido crescimento, apresentando-se como o maior produtor arbóreo-celulósico do mundo. Diante disso, constrói-se no modo de produção capitalista uma relação entre as transformações pelas quais passaram as indústrias de papel e celulose nas últimas quatro décadas, acentuadas pelas disparidades entre centro e periferia, sendo tais transformações cada vez maiores em países retardatários de fronteiras agrícolas (OLIVEIRA; LEAL, 2019; OLIVEIRA; SILVA, 2019).

REQUALIFICAÇÃO PROFSSIONAL E FLEXIBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES NA CADEIA PRODUTIVA DE CELULOSE EM IMPERATRIZ

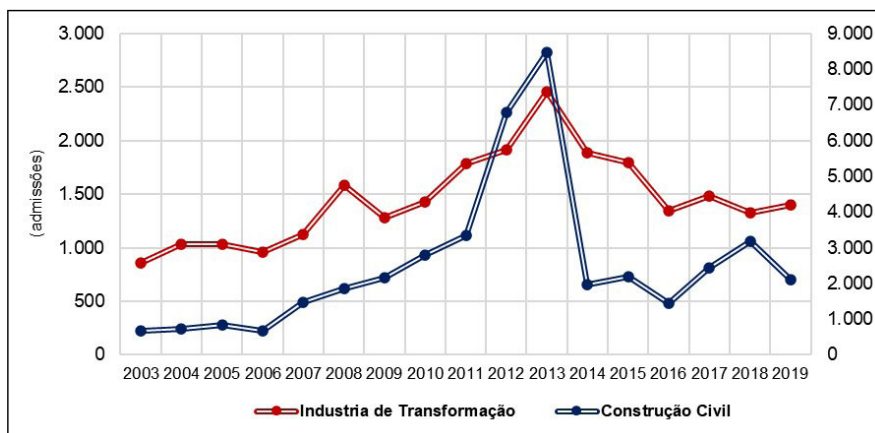
A cadeia produtiva de celulose é composta pela indústria de produção de pasta celulósica (bens de produção) e pela indústria de papel (bens de consumo), que produz derivados a partir da primeira. Compreende uma série de agentes e etapas fabris que vão desde a produção de base plantada (em consonância com a Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas mudas) até a colheita, o transporte e o beneficiamento para a venda do produto final.

O grande projeto Suzano Papel e Celulose começou a ser implantado em 2008, no município de Imperatriz, estado do Maranhão, com a proposta de ser a maior planta industrial desse segmento no país. A implantação durou até 2013, e no final do mesmo ano a indústria iniciou suas atividades. No Maranhão, a Suzano encontrou elementos necessários para a otimização da produção, como: redes de infraestrutura para escoamento da produção, incentivos fiscais, base plantada, terra barata, oferta de serviços no centro urbano, além de força de trabalho em expressiva quantidade (OLIVEIRA, 2019).

A expressiva reserva de força de trabalho é motivada pelo discurso da geração de emprego e renda, que tem por finalidade atrair – ainda que de forma temporária, precária e terceirizada – grande quantidade de trabalhadores subutilizados, ociosos e/ou desempregados. A construção da unidade fabril na cidade de Imperatriz evidencia essa compreensão, na medida em que se observa um aumento significativo de admissões na indústria de transformação e construção civil entre os anos de 2013 e 2019, conforme o Gráfico 1.

Deste modo, mesmo que de forma rápida, pode-se dizer que há ordem para a força de trabalho envolvida no empreendimento e desordem para a parcela que não conseguiu se inserir no processo. Parte significativa dos trabalhadores não aparecem nesses dados, pois atuam na informalidade para empresas terceirizadas que atuam no processo. Embora o trabalhador execute a obra de determinada empresa, não há vínculo entre ambos, há um estranhamento entre sujeito e objeto.

Gráfico 1. Admissões na indústria de transformação e construção civil (2003-2019).



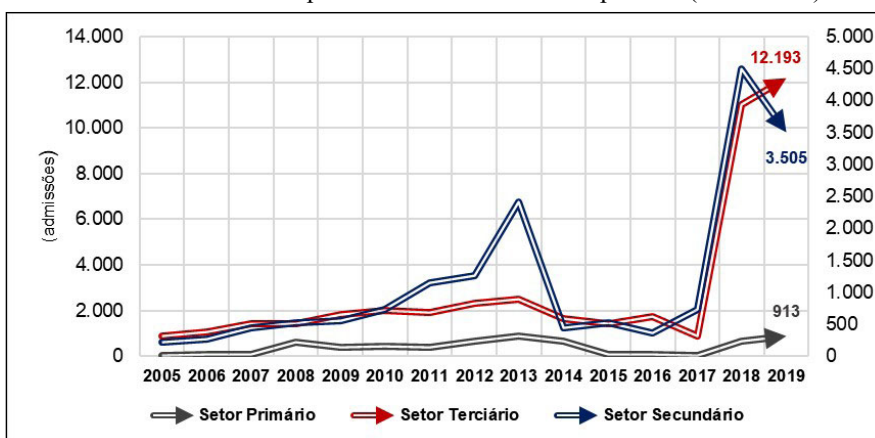
Fonte: Elaborado pelos autores (2021). Dados da RAIS e do CAGED (BRASIL, 2019, 2020b).

O ponto de partida é 2008, processo inicial das obras, que eleva o número de admissões na cidade até o ponto máximo, em 2013, ano da finalização e entrega da obra. Foram cinco anos de intensificação da oferta de trabalho, mas após a conclusão da fábrica, parte expressiva desses trabalhadores, boa parte móvel, migrante de estados vizinhos, retornou à informalidade ou ao desemprego.

Mesmo após a queda nos níveis de admissões, em 2014, os níveis de empregos ainda se mantiveram superiores aos registrados no início da contagem, em 2003. Isso ocorre por dois fatores principais: o primeiro é a implantação da cadeia produtiva de celulose, que demanda trabalhadores do setor industrial de outras empresas envolvidas no segmento, como as prestadoras de serviços ou mesmo terceirizadas; e o segundo se refere à reorganização urbana desencadeada pela especulação imobiliária que acompanhou toda a implantação fabril.

O aumento significativo no emprego industrial em uma economia tradicionalmente baseada no setor terciário (Gráfico 2) eleva o imaginário de grupos de trabalhadores subocupados, desempregados e ociosos, que veem a possibilidade de inserção no mercado formal de emprego.

Gráfico 2. Admissões por setor econômico em Imperatriz (2003-2019).



Fonte: Elaborado pelos autores (2021). Dados da RAIS e do CAGED (BRASIL, 2019, 2020b).

Essas modificações são fortemente amparadas no discurso estatal de empregabilidade e estimulam o avanço cada vez mais crescente do capital privado na oferta de cursos de qualificação formal com vistas a atender ao mercado emergente. Nesta construção política, cria-se a percepção de que haverá empregos para todas as pessoas formadas e qualificadas na área em expansão. Assim cria-se uma nova massa de reserva de força de trabalho qualificada, porém desempregada.

Quadro 1. Cursos de qualificação profissional de nível médio e superior inseridos em Imperatriz.

Nível Médio/Técnico	Nível Superior
Técnico em Segurança do Trabalho	Engenharia Florestal
Técnico em Automação Industrial	Engenharia Civil
Técnico em Eletricista industrial	Engenharia de Produção
Técnico em Meio Ambiente / Técnico florestal	Engenharia Elétrica
Técnico em Eletromecânica	Engenharia Mecânica
Técnico em Operador de máquinas de papel	Engenharia Química
Técnico em Operador de máquinas florestais	Ciência da Computação

Fonte: Elaborado pelos autores (2021). Dados de pesquisa de campo (2019).

No Quadro 1, são apresentados alguns cursos de nível médio/técnico e superior que foram criados por instituições públicas e privadas para atender à demanda em curso. Eles expressam uma reorganização da qualificação da força de trabalho local (Figura 1) para atender a um grande ator hegemônico.



Fonte: Os autores. Pesquisa de campo (2019).

Figura 1. Trabalhadores da cadeia produtiva de celulose.

Há, portanto, um aumento na formação de profissionais, mas não na geração de emprego, o que resulta em um número expressivo de profissionais subutilizados. Isso faz com que haja muito trabalhadores disponíveis para o trabalho precarizado, que podem ser desligados em curtos espaços de tempo. Essa realidade pode ser visualizada ao observar-se que, entre 2012 e 2019, de acordo com dados do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET), através da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), em média 85% das novas admissões anuais de profissionais na cadeia produtiva de celulose foram resultantes de demissões ocorridas no mesmo ano.

Essa flexibilização de trabalhadores permite que diante de dados oficiais a cadeia produtiva apareça dentro do quadro analítico com significativo número de contratações, sugerindo expressividade no quadro regional da promoção de novos postos de trabalho, o que, na prática, é mero resultado da utilização da força de trabalho de forma intermitente.

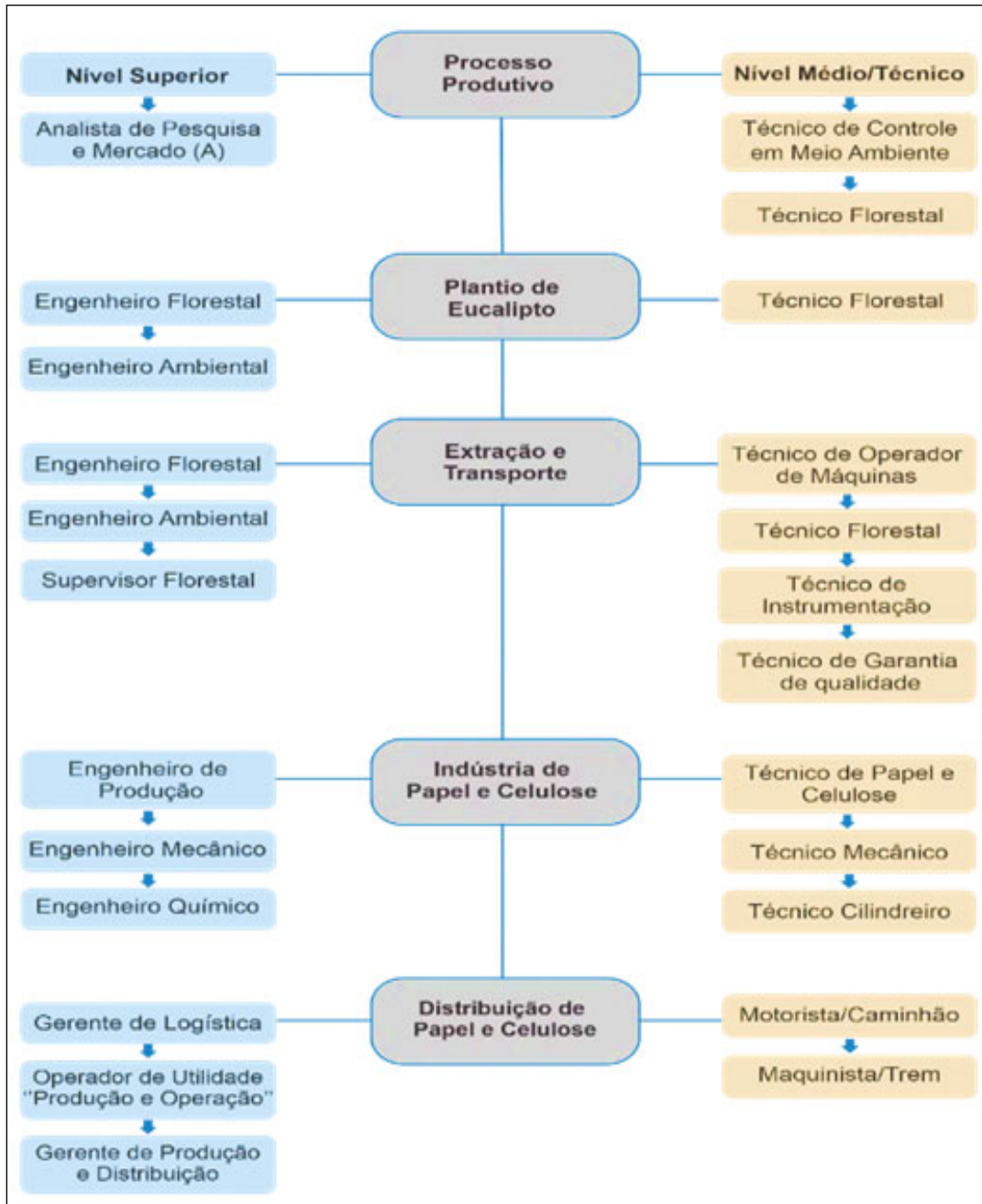
Quando se observa os quatro principais postos de trabalho formais no setor secundário, tanto de nível médio/técnico quanto de nível superior, que tiveram mais admissões e demissões entre os anos de 2012 e 2019, nota-se que em todos os quadros há predominância de trabalhadores na cadeia produtiva de celulose.

Quadro 2. Principais postos de trabalho em admissões e demissões no setor secundário em Imperatriz (2012-2019).

2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Nível Médio/Técnico							
Operador de calcinação (tratamento químico e afins)	Cilindreiro na preparação de pasta para fabricação de papel	Técnico em Operador de máquinas de papel	Operador de caldeira	Operador de máquina de fabricar papel e papelão	Alimentador de linha de produção	Alimentador de linha de produção	Operador de rebobinadeira na fabricação de papel e papelão
Operador de branqueamento de pasta para fabricação de papel	Operador de calcinação (tratamento químico afins)	Técnico em Operador de máquinas florestais	Técnico de celulose e papel	Técnico florestal	Operador de rebobinadeira na fabricação de papel e papelão	Operador de máquinas florestais estáticas	Operador de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas
Técnico mecânico	Técnico de manutenção elétrica de máquina	Técnico de papel e celulose	Alimentador de linha de produção	Operador de branqueador de pasta para fabricação e papel	Operador de calcinação (tratamento químico e afins)	Operador de trator florestal	Técnico de Garantia da Qualidade
Operador de caldeira	Operador de máquina de fabricar papel e papelão	Supervisor na área florestal	Operador de máquina de fabricar papel e papelão	Técnico de celulose e papel	Técnico de manutenção elétrica de máquina	Trabalhador de extração florestal em geral	Técnico de Laboratório Industrial
Nível Superior							
Engenheiro Civil	Engenheiro Mecânico	Ciência da Computação	Engenheiro Florestal	Engenheiro de Produção	Engenheiro de Produção	Engenheiro Florestal	Engenheiro Civil
Gerente de Produção e Operações	Engenheiro de Produção	Gerente de Produção e Operações Florestais	Engenheiro Eletricista	Engenheiro Químico (Papel e Celulose)	Engenharia Química	Gerente Financeiro	Engenheiro Florestal
Engenheiro Mecânico	Analista de Pesquisa de Mercado	Supervisor da Área Florestal	Gerente de Projetos e Serviços de Manutenção	Engenheiro Eletricista	Engenheiro Mecânico Industrial	Supervisor de Área Florestal	Engenheiro Mecânico Industrial
Engenheiro de Produção	Contador	Médico do Trabalho	Supervisor da Área Florestal	Engenheiro Mecânico	Gerente de Produção e Operações Florestais	Gerente de Produção e Operações Florestais	Gerente de Produção e Operações

Fonte: Elaborado pelos autores (2021). Dados da RAIS e do CAGED (BRASIL, 2019, 2020b).

A reprodução do capital demanda que uma série de componentes atuem em conexão para que o processo ocorra de forma rápida, atendendo a determinados padrões de acumulação. Mais do que resultado de intermitência, flexibilização e, conseqüentemente, precarização do trabalhador sob a lógica da acumulação flexível, os processos de qualificação profissional, admissão e demissão da força de trabalho de reserva são resultantes de sucessivas tentativas de estabelecimento de processos que permitam que a cadeia produtiva funcione o mais rápido possível e em perfeita harmonia.



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Figura 2. Cadeia produtiva de papel e celulose e sua relação com os níveis de requalificação da força de trabalho local.

Para viabilizar a reprodução do capital, é necessário que uma série de etapas fabris estejam em consonância com uma série de trabalhadores atuando de forma móvel e fixa sob determinada lógica, assim como exposto na Figura 2. Nesse quadro de reestruturação, as multiplicidades espaciais, em específico a força de trabalho, têm obrigatoriamente que ser inseridas dentro de uma especialização territorial do trabalho que impõe aos trabalhadores de regiões periféricas inúmeros processos de acumulação flexível.

Os elementos apresentados, apontam para uma qualificação do trabalho que permite que todas as demandas da cadeia produtiva de papel e celulose sejam atendidas. Nesse sentido, é pertinente considerar que na cadeia produtiva em questão, que se inicia no plantio de mudas e termina no transporte, existe uma cadeia de trabalho técnico/superior, criada e consolidada para atender a cada uma das etapas do processo produtivo da cadeia de papel e celulose, conforme mostra a Figura 2 acima.

A Figura 2 mostra a cadeia de trabalho desenvolvida em consonância com a cadeia produtiva. Explica o nível específico de cada fase da cadeia de papel e celulose e seu funcionamento no Maranhão. Desta forma, torna-se evidente a importância da requalificação produtiva do trabalho para que os processos industriais funcionem segundo uma lógica própria.

Todo o processo produtivo da cadeia até a distribuição de papel e celulose é realizado em colaboração com técnicos e profissionais de nível superior; o processo é sincronizado em uma estrutura produtiva ininterrupta. E o produto final é transportado para o Porto do Itaqui, na capital São Luís, e comercializado no mercado global.

Essa mudança na dinâmica da qualificação profissional torna a Suzano Papel e Celulose a principal demandante de mão de obra, consolidando o papel da indústria como ator hegemônico que influencia fortemente a força de trabalho local, readaptando-a aos processos de reestruturação produtiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia do Maranhão, historicamente fincada sobre grandes projetos agromineroexportadores, tem na nova fronteira agrícola (principalmente aquela baseada na soja, na cana-de-açúcar e no eucalipto) um novo estágio de reestruturação produtiva, o qual reproduz os modelos das economias de enclave, oferecendo pouco retorno socioeconômico local ao mesmo tempo em que se apropria fortemente de recursos espaciais com vistas à produção de *commodities* para a exportação.

Sob o discurso da geração de emprego e renda, a força de trabalho é reorganizada, reestruturada e flexibilizada para atender à demanda de um grande ator hegemônico. Esse processo é desenvolvido através da intensificação de cursos de qualificação e formação profissional. Também é **resultado** das políticas neoliberais adotadas no Brasil a partir de 2016, e não apenas contribui para a precariedade e instabilidade do trabalho, mas, sobretudo, para a criação de uma massa de reserva de força de trabalho, que, apesar de qualificada, recebe baixos salários ou está desempregada.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. **Dimensões da globalização**: o capital e suas contradições. Londrina: Práxis, 2001.
ALVES, G. **O novo e precário mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.
ALVES, G. **Trabalho e mundialização do capital**: a nova degradação do trabalho na era

- da globalização. 2. ed. Londrina: Práxis, 1999.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Editora Cortez, 1995.
- ANTUNES, R; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.
- BOSI, E. **A condição operária e outros temas sobre a opressão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior**. [Brasília, DF]: Ministério da Educação, 2020a. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 24 jan. 2021.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. Relação Anual de Informações Sociais - RAIS. **Anuário Estatístico da RAIS**. [Brasília, DF]: Ministério do Trabalho, 2020b. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/rais>. Acesso em: 18 mar. 2021.
- BRASIL. Ministério da Economia. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED. **Empregabilidade, profissões e perfis profissionais do emprego no Brasil**. [Brasília, DF]: Ministério do Trabalho, 2019. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/index.php/caged>. Acesso em: 18 mar. 2021.
- CARCANHOLO, M. D. Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL REGGEN, 2005, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Reggen/Unesco, 2005.
- CORIAT, B. **Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização**. Rio de Janeiro: Revan: Editora da UFRJ, 1994.
- COUTINHO, M. C. **Marx: notas sobre a teoria do capital**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- FORRESTER, V. **O horror econômico**. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.
- GORZ, A. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- GORZ, A. **Estratégia operária e neocapitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.
- LIMA FILHO, D. L. **Dimensões e limites da globalização**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- LOJKINE, J. **A revolução informacional**. São Paulo: Editora Cortez, 1995.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013. (Livro 1. O processo de produção do capital).
- MATTOSO, J. **A desordem do trabalho**. Campinas: Editora Scritta, 1995.
- MÉSZÁROS, I. **Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação**. São Paulo: Editora Ensaio, 1993.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MORAES NETO, B. **Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- OLIVEIRA, A. B. Indústria de celulose e o avanço da silvicultura do eucalipto na fronteira agrícola da Amazônia maranhense. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 71, p. 301-327, abr. 2019.
- OLIVEIRA, A. B.; LEAL, M. C. M. A silvicultura do eucalipto e a especialização do trabalho na cadeia produtiva de celulose no Maranhão. **GeoTextos**, Salvador, v. 15, n. 2, p.87-91, dez. 2019.
- OLIVEIRA, A. B.; SILVA, D. L. A indústria extrativista e o aprofundamento da divisão

internacional do trabalho em regiões periféricas: o caso da Suzano Papel e Celulose no Maranhão. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 73, p. 313-332, set./dez. 2019.

PERPETUA, G. M.; KRÖGER, M.; THOMAZ JUNIOR, A. Estratégias de territorialização das corporações agroextrativistas na América Latina: o caso da indústria de celulose no Brasil. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 20, n. 40, p. 61-87, set./dez. 2017.

POCHMANN, M. A retomada da proteção do trabalho. **Rede Brasil Atual**. [São Paulo], 24 out. 2014. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/2014/10/a-retomada-da-protecao-do-trabalho-9820>. Acesso em: 27 mar. 2021.

SANTOS, M. A divisão social do trabalho como uma nova pista para o estudo da organização espacial e da urbanização nos países subdesenvolvidos. *In*: SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005. p. 55-75.